

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta: OE202409/0510

Tipo Oferta: Procedimento Concursal PRR

Estado: Ativa

Nível Orgânico: Ministério da Agricultura e Pescas

Orgão / Serviço: Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.

Vínculo: CTFP a termo resolutivo incerto

Duração:

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: 1.385,99€

Suplemento Mensal: 0,00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

Organização da produção e a inovação para a redução de plásticos agrícolas, nomeadamente a avaliação do impacte de um sistema de produção a longo prazo utilizando diferentes tipos de cobertura do solo, (a) sobre as propriedades químicas e biológicas da camada superficial do solo utilizada para o cultivo de mirtilos (*Vaccinium virgatum* Aston.) no sul de Portugal e (b) sobre a acumulação de ésteres ftalatos (PAE), nomeadamente ftalato de di(2-etilhexil) (DEHP), no solo cultivado.
Tarefas a executar: deslocação ao campo de ensaio; colheita e preparação de amostras de solo e material vegetal; extração, contagem e identificação de nemátodes nas amostras de solo; análise estatística e discussão dos resultados; colaboração na elaboração de relatórios técnicos e preparação de artigos científicos; colaboração nas atividades gerais de divulgação e gestão do projeto.

Requisitos de Admissão

Nomeação definitiva

Nomeação transitória, por tempo determinável

Nomeação transitória, por tempo determinado

Relação Jurídica: CTFP por tempo indeterminado

CTFP a termo resolutivo certo

CTFP a termo resolutivo incerto

Sem Relação Jurídica de Emprego Público

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;

d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;

e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:

Despacho nº 11888-B/2021, de 30 de novembro

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária: Engenharia Agrónómica, Engenharia Florestal, Biologia, Bioquímica, ou afim

Grupo Área Temática

Sub-área Temática

Área Temática

Agricultura, Pecuária e Recursos Naturais Ciência Agrária/ Agrícola e Agricultura

Engenharia Agrónómica

Agricultura, Pecuária e Recursos Naturais	Recursos Naturais e Ambiente	Engenharia Florestal
Ciências	Biociências	Biologia
Ciências	Biociências	Bioquímica

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.	1	Quinta do Marquês, n.º 159	Oeiras	2780159 OEIRAS	Lisboa	Oeiras

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos:

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para:

Contacto: 214403500

Data Publicitação: 2024-09-16

Data Limite: 2024-09-30

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Aviso (extrato) n.º 20474/2024/2, publicado no Diário da República, 2ª série Nº179, de 16/09

Texto Publicado em Jornal Oficial: AVISO Procedimento concursal para a contratação de um trabalhador para a carreira e categoria de Técnico Superior no Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P., no âmbito do projeto PRR-C05-i03-I-000167 LA 10.2: Agri-Plast - Organização da Produção e Inovação para a Redução de Plásticos Agrícolas Nos termos do disposto nos nºs 1 e 3 do artigo 30º e no artigo 33º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, conjugados com a alínea a) do nº 1 do artigo 11.º da Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, da Portaria nº 161-A/2021, de 26 de julho e do Despacho nº 11888-B/2021, de 30 de novembro, faz-se público que na sequência do meu despacho de 19 de Julho de 2024, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, contados da data de publicação do Aviso de abertura na Bolsa de Emprego Público (BEP), em www.bep.gov.pt - ofertas PRR, e do respetivo extrato em Diário da República, procedimento concursal comum, para preenchimento de 1 posto de trabalho, para a carreira e categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto. 1. Legislação aplicável: Lei nº 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual), Portaria nº 233/2022, de 09 de setembro, o Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro) e Código do Trabalho aprovado pela Lei nº 7/21009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual e Decreto-Lei nº 53-B/2021, de 23 de junho, Portaria nº 161-A/2021, de 26 de julho e do Despacho nº 11888-B/2021, de 30 de novembro. 2. Foi executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de valorização profissional, tendo a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público emitido a declaração de

inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional com o perfil pretendido, de acordo com o previsto no nº 6 do artigo 34º da Lei nº 25/2017, de 30 de maio e no artigo 4º da Portaria nº 48/2014, de 26 de fevereiro. 3. Âmbito do recrutamento: O procedimento concursal visa a constituição de relação jurídica de emprego a termo resolutivo incerto, sendo o recrutamento efetuado de entre trabalhadores com ou sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida. 4. Modalidade de vínculo de emprego público a constituir: O vínculo de emprego público a constituir, na sequência do presente procedimento concursal, é o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto. 5. Número de postos de trabalho a ocupar: 1 (um) posto de trabalho. 6. Caracterização do posto de trabalho a ocupar: O projeto pretende contribuir para a organização da produção e a inovação para a redução de plásticos agrícolas. Assim, os objetivos do trabalho são a avaliação do impacto de um sistema de produção a longo prazo utilizando diferentes tipos de cobertura do solo, (a) sobre as propriedades químicas e biológicas da camada superficial do solo utilizada para o cultivo de mirtilos (*Vaccinium virgatum* Aston.) no sul de Portugal e (b) sobre a acumulação de ésteres ftalatos (PAE), nomeadamente ftalato de di(2-etilhexil) (DEHP), no solo cultivado. No que respeita às propriedades biológicas, serão conduzidos, nomeadamente, estudos da nematofauna como bioindicador do status do solo, nos diferentes tratamentos em avaliação. O contratado será envolvido nas seguintes tarefas: deslocação ao campo de ensaio; colheita e preparação de amostras de solo e material vegetal; extração, contagem e identificação de nemátodes nas amostras de solo; análise estatística e discussão dos resultados; colaboração na elaboração de relatórios técnicos e preparação de artigos científicos; colaboração nas atividades gerais de divulgação e gestão do projeto. O trabalho será desenvolvido, fundamentalmente, sob a orientação científica da Investigadora Maria de Lurdes Inácio. 7. Local de trabalho: O trabalho será desenvolvido no Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P., Polo de Oeiras (Edifício Florestal), Av. da República, Quinta do Marquês, 2780-157 Oeiras, com deslocações regulares ao campo de ensaio, na Fataca, em Odemira, para observações no ensaio e recolha de amostras. 8. Posicionamento remuneratório: O trabalhador recrutado será remunerado no montante pecuniário 1.385,99€, correspondente à 1.ª posição remuneratória da carreira de Técnico Superior, e ao nível remuneratório 16º. 9. Nível habilitacional: Licenciatura ou Mestrado em Engenharia Agronómica, Engenharia Florestal, Biologia, Bioquímica, ou afim. 9.1 Não há lugar, no presente procedimento, à substituição da habilitação exigida por formação adequada ou experiência profissional. 10. Requisitos de admissão ao procedimento concursal: Podem candidatar-se ao presente procedimento concursal os indivíduos que reúnam, até ao termo do prazo de candidatura, cumulativamente, os seguintes requisitos: 10.1 Requisitos gerais: a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial; b) 18 anos de idade completos; c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício das funções que se propõe desempenhar; d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções a que se candidata; e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória. 10.2 Requisitos preferenciais: Apetência para o trabalho laboratorial, experiência nas áreas objeto do concurso, disponibilidade para deslocações aos campos de ensaio e conhecimentos de língua inglesa. Será também valorizada a experiência em tratamento e análise estatística de dados, escrita científica e participação em projetos de investigação. Métodos de seleção aplicáveis: De acordo com o previsto no artigo 5º da Portaria nº 161-A/2021, de 26 de julho, considera-se a Avaliação Curricular (AC) o método de seleção, a qual deverá permitir avaliar a habilitação académica, a experiência profissional e os conhecimentos de inglês. As candidaturas têm ainda de incluir uma Carta de Motivação, com a indicação da motivação para participar no projeto e a adequação das características do candidato para o exercício das funções previstas (MA). Valorização: Na valorização dos parâmetros de seleção acima referidos é utilizada a escala de 0 a 20 valores, de acordo com a especificidade de cada parâmetro. Definição dos critérios e ponderações do método de seleção e avaliação final: Na Avaliação Curricular (AC), aplicam-se os seguintes parâmetros de avaliação e respetiva ponderação: Nota de curso (NC) (licenciatura ou mestrado) (25%) Experiência profissional (EP) (60%) Conhecimentos de inglês (CI) (15%) Para a Nota de Curso (NC), considera-se a nota mais elevada (licenciatura/mestrado) do curso terminado na área científica do concurso e será pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido os seguintes níveis e correspondentes valores: Nota de Curso (NC) Valorização < 12 valores 5 12 a 13,9 valores 10 14 a 16,9 valores 15 >17 valores 20 A Experiência Profissional (EP), com especial incidência nas áreas objeto do concurso, deverá ser comprovada pelo Curriculum vitae (CV) e documentos anexos, sendo pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o

júri definido os seguintes níveis e correspondentes valores: Experiência Profissional (EP) Valorização Sem experiência 5 Até 1 ano 10 1-2 anos 15 Mais de 2 anos 20 Os Conhecimentos de Inglês (CI), serão pontuados com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido os seguintes níveis e correspondentes valores: Conhecimentos de Inglês (CI) Valorização Reduzido 5 Médio 10 Bom 15 Fluente 20 A Motivação para participação no projeto e Adequação das características do candidato para o exercício das funções previstas (MA), avaliadas com base na Carta de Motivação (obrigatória), será pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido os seguintes níveis e correspondentes valores: Motivação e Adequação (MA) Valorização Reduzida 5 Moderada 10 Boa 15 Elevada 20 Classificação Final: A Classificação Final (CF) é considerada até às centésimas e obtida através da seguinte fórmula: $CF = (65\% AC) + (35\% MA)$ onde AC = Avaliação Curricular MA = Motivação e Adequação (Carta de Motivação) Em que: $AC = (25\% NC) + (60\% EP) + (15\% CI)$ NC = Nota de Curso (licenciatura ou mestrado) EP = Experiência Profissional CI = Conhecimentos de Inglês Caso o júri entenda ser necessário, realizar-se-á uma Entrevista (E) de avaliação de competências dos candidatos admitidos a concurso após a Classificação Final, e neste caso a Apreciação Final (AF) será obtida através da seguinte fórmula: $AF = (65\% CF) + (35\% E)$ onde: CF = Classificação final E = Entrevista de avaliação de competências A Entrevista (obrigatória) de avaliação de competências é valorizada de acordo com os seguintes níveis definidos pelo júri e os correspondentes valores: Entrevista (E) Valorização Insuficiente 5 Suficiente 10 Boa 15 Elevada 20 11. Forma de exclusão, notificação e desempate dos candidatos: Constitui motivo de exclusão o incumprimento dos requisitos de admissão mencionados no Aviso a ser publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP), sem prejuízo dos demais requisitos de admissão legal ou regulamento previstos. Na AC, o júri reserva-se o direito de não considerar parâmetros para os quais não sejam apresentados comprovativos ou que não estejam suficientemente claros no CV do candidato. É obrigatória a apresentação do CV (organizado de acordo com os parâmetros a ser avaliados) e da Carta de Motivação. A não apresentação do CV e Carta de Motivação constitui motivo de exclusão deste concurso. Fica ainda excluído do presente procedimento o candidato que não entregue todos os documentos requeridos neste aviso ou que obtenha uma valorização inferior a 9,5 na avaliação curricular. Fica também excluído o candidato que não compareça na Entrevista para o qual foi admitido, sem justificação admissível. 12. Plataforma do procedimento: O procedimento decorre na Bolsa de Emprego Público (BEP), enquanto plataforma dedicada aos procedimentos concursais PRR, com acesso através do endereço www.bep.gov.pt. As notificações são efetuadas através do correio eletrónico indicado na candidatura, com recibo de entrega de notificação, conforme estabelecido no artigo 4.º da Portaria nº 161-A/2021, de 26 de julho. 13. Formalização e entrega das candidaturas: a) As candidaturas são formalizadas exclusivamente mediante o preenchimento de formulário próprio de candidatura disponível na BEP, em (www.bep.gov.pt), através do menu Ofertas PRR. b) Não serão admitidas candidaturas em suporte de papel ou enviadas por email. c) A submissão eletrónica das candidaturas tem ser obrigatoriamente acompanhada da seguinte documentação (exclusivamente em formato PDF): i. Curriculum vitae detalhado e atualizado, datado e assinado, dele devendo constar, para além de outros elementos julgados necessários: (i) as habilitações académicas, com menção ao grau, curso e respetiva classificação; (ii) a experiência profissional, designadamente as funções e atividades que exerce e exerceu, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, assim como a formação profissional em matéria relacionada com a área funcional do posto de trabalho colocado a concurso, com indicação expressa das entidades promotoras, datas de realização e respetiva duração; (iii) conhecimentos de inglês. ii. Cópia(s) legível(is) do(s) certificado(s) de habilitações literárias e documento comprovativo do seu reconhecimento em território nacional, quando obtido em país estrangeiro. 14. Carta de Motivação, referindo as motivações para participar no projeto, as qualificações e características pessoais que poderão beneficiar ou valorizar o trabalho a desenvolver. Nos termos do disposto na alínea a) do nº 5 do artigo 15º da Portaria nº 233/2022 de 9 de setembro, a não apresentação dos documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos legalmente exigidos, determina a exclusão do candidato do procedimento, quando a falta desses documentos impossibilite a sua admissão ou a avaliação. 15. Prazo para a apresentação de candidaturas: O prazo é de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicitação do presente Aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP). 16. Notificação dos candidatos: Os candidatos são notificados para o endereço eletrónico indicado no formulário de candidatura, nos termos do disposto no art. 6º Portaria nº 233/2022, de 9 setembro. 17. A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é notificada nos termos do disposto do artigo 10º da Portaria nº

233/2022, de 9 de setembro. 18. A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação, é publicada na 2ª série do Diário da República, afixada em local visível e público do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (átrio do Edifício Principal), e disponibilizada na respetiva página eletrónica em <https://www.inia.vpt/procedimentos-concursais-prr>. 19. Composição do Júri do Procedimento: Presidente: Investigadora Principal, Maria de Lurdes Inácio 1ª Vogal Efetiva: Investigadora Auxiliar, Maria Paula Fareleira 2º Vogal Efetivo: Investigador Auxiliar, Pablo Pereira 1º Vogal Suplente: Investigadora Coordenadora, Corina Carranca 2ª Vogal Suplente: Investigador Auxiliar, Filipe Pedra 20. Nos termos do Despacho Conjunto nº 373/2000, de 1 de março, em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da Constituição da República Portuguesa, "a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação". 21. Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro e da alínea f) do nº 1 do artigo 13º da Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, e para efeitos de admissão ao procedimento concursal, a/o(s) candidata/o(s) portadores de deficiência devem declarar, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, bem como dos elementos necessários, de forma a garantir que o processo de seleção destes candidatos se adequa, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão.

Observações

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Termino da Oferta

Admitidos

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Com Auxílio da BEP:

Recrutados

Masculinos:

Femininos:

Total:

Total Portadores Deficiência:

Total Com Auxílio da BEP: